



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS

Nº 203702-5 – Recife (7ª Vara Criminal)

IMPETRANTE:

Maria Érica Cássia da Silva Pereira

PACIENTE:

Emerson Ferreira da Silva

RELATOR:

Des. Mauro Alencar de Barros

129

ÓRGÃO JULGADOR:

Segunda Câmara Criminal.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1- A ocorrência de constrangimento ilegal por excesso de prazo vem sendo mitigada pelos Tribunais pátrios, quando justificáveis a razão para a demora no julgamento do réu.

2 – No caso no caso dos autos, verifica-se que o feito teve regular processamento, já tendo sido encerrada a instrução criminal.

3 – Aplicação da Súmula nº 52 do STJ, segundo a qual “encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo”.

4- Inexistência de ilegalidade a ser sanada pelo presente habeas corpus. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Su 53
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 203702-5, da Comarca de Recife, em que figura, como impetrante, a advogada Maria Érica Cássia da Silva Pereira, como paciente, **Emerson Ferreira da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade** votos, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

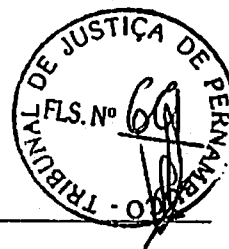
Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



HABEAS CORPUS Nº 203702-5 – Recife (7ª Vara Criminal)
IMPETRANTE: Maria Érica Cássia da Silva Pereira
PACIENTE: **Emerson Ferreira da Silva**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

130

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* o subscrito pela advogada Maria Érica Cássia da Silva Pereira, em favor do paciente **Emerson Ferreira da Silva**, objetivando a concessão da ordem para expedição de alvará de soltura em favor do paciente, sob alegação de estarem sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Afirma que o paciente foi preso em 30 de julho de 2009, por ter supostamente infringido o art. 157, §3º c/c o art. 14 e art. 157, §2º, I e II c/c o art. 71 e 288, parágrafo único do CP, estando, assim, presos além do limite permitido pela lei.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 52/53).

Informações da autoridade dita coatora acostadas às fls. 58/59.

A Procuradoria de Justiça, através do Parecer acostado às fls. 63/64, opinou pela denegação da ordem.

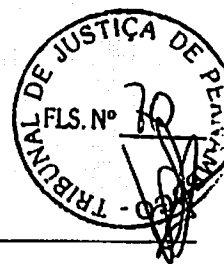
É o relatório.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



HABEAS CORPUS Nº 203702-5 – Recife (7ª Vara Criminal)
IMPETRANTE: Maria Érica Cássia da Silva Pereira
PACIENTE: **Emerson Ferreira da Silva**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

131

VOTO DO RELATOR

Conforme relatado, a presente impetração aponta estar o paciente sofrendo constrangimento ilegal, em face de excesso de prazo, porque preso desde 30/07/2009.

Inicialmente, é de se assentar que a ocorrência de constrangimento ilegal por excesso de prazo vem sendo mitigada pelos Tribunais pátrios, quando justificáveis as razões para a demora no julgamento do réu. Ou seja, o fato de a instrução ultrapassar o prazo previsto na legislação processual não implica, necessariamente, a ocorrência de coação ilegal.

In casu, entendo que eventual atraso na instrução está justificada pela complexidade do feito, tendo em vista tratar-se de instrução com pluralidade de réus e vítimas.

Ademais, no caso dos autos, conforme informação prestada pelo magistrado o *a quo* verifico que o feito teve regular processamento, já tendo sido encerrada a instrução criminal.

É assim de se aplicar a Súmula 52 do STJ segundo a qual “encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo”.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Ressalte-se que tal entendimento vem sendo aplicado em hipóteses
análogas à presente. A respeito, transcrevo o seguinte julgado, *verbis*: 132

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES TIPIFICADOS NOS ARTS. 12 E 14, AMBOS DA LEI N.º 6.368/76. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. EXCESSO DE PRAZO. AUTOS CONCLUSOS PARA A PROLAÇÃO DE SENTENÇA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 52, DO STJ.

1. Encontrando-se os autos conclusos ao juízo processante para prolação de sentença, está, na hipótese, ultrapassada a produção probatória e a fase de alegações finais pelas partes, restando, assim, encerrada a instrução criminal e superado o eventual constrangimento ilegal do excesso de prazo.

2. Aplicação da Súmula n.º 52, do Superior Tribunal de Justiça.

3. Ordem denegada. (HC 52987, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 12/03/07, p. 270)

Assim sendo, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, ²² de dezembro de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros

Relator